



Indústria Química do Estado de Goiás S/A – IQUEGO

INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A-IQUEGO
CNPJ: 01.541.283/0001-41

INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A – IQUEGO DISPOSITIVOS PARA SAÚDE
CNPJ: 01.51.283/0003-03

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - Em R\$**

ATIVO	NOTA	2016	2015
CIRCULANTE		24.253.945,32	33.261.528,26
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	11.693.325,45	11.466.828,43
Clientes a Receber	5	975.953,13	13.270.032,09
Créditos Tributários	6	1.088.692,60	577.107,67
Adiantamentos	7	28.658,78	17.699,94
Estoques	8	7.071.516,87	6.427.862,40
Outros Créditos	9	3.395.798,49	1.501.997,73
NÃO CIRCULANTE		41.330.081,65	41.592.499,85
Realizável a Longo Prazo	10	4.258.954,60	3.650.161,07
Investimentos		52.634,40	52.634,40
Imobilizado	11	37.018.492,65	37.889.704,38
TOTAL DO ATIVO		65.584.026,97	74.854.028,11
PASSIVO	12	31.311.179,41	45.048.088,48
Fornecedores	13	8.666.210,34	16.435.021,58
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	7.524.817,41	7.561.028,14
Obrigações Fiscais e Tributárias	15	1.854.188,45	2.054.333,91
Adto de Clientes e Convênios	16	11.463.230,63	18.152.629,06
Outras Contas a Pagar	17	1.802.732,58	845.075,79
NÃO CIRCULANTE		43.498.873,59	19.107.393,93
Contas a Pagar a Longo Prazo	18	400.637,32	400.637,32
Obrigações Tributárias	19	10.580.144,12	9.721.874,21
Provisões de Risco	20	30.832.892,15	7.299.682,40
Receita Diferida de Subvenção	21	1.685.200,00	1.685.200,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-9.226.026,03	10.698.545,70
Capital Social	22	176.712.055,39	153.404.837,31
Reservas		28.897.862,43	28.897.862,43
Lucro(Prejuizos) Acumulados		-214.835.943,85	-171.604.154,04
TOTAL DO PASSIVO		65.584.026,97	74.854.028,11

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Antônio Faleiros Filho
Diretor Presidente

Jayme Rodrigues Simões
CRC/GO 024654/O-7

INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO

CNPJ: 01.541.283/0001-41

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015(Em R\$)

	NOTA	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS		6.425.723,64	24.680.016,04
Receitas Líquida	23	6.425.723,64	24.680.016,04
(-)CUSTO DOS PRODUTOS	24	24.580.186,26	- 34.075.719,04
LUCRO BRUTO SOBRE VENDAS		- 18.154.462,62	- 9.395.703,00
DESPESAS OPERACIONAIS	25	- 36.022.231,61	- 19.017.966,59
Pessoal e Encargos	a	18.208.915,62	- 12.057.089,23
Despesas Administrativas	b	4.710.815,21	- 6.445.948,86
Despesas Tributárias/ Fiscal/Provisão		13.102.500,78	- 514.928,50
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS)OPERACIONAIS		767.209,66	8.637.906,01
Perda com Sinistros			- 58.217,60
Resultado com Alienação de Bens			168.500,00
Outras Receitas	26	767.209,66	8.527.623,61
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESP.FINANC		- 53.409.484,57	- 19.775.763,58
Receitas Financeiras		899.185,13	1.088.008,06
(-)Despesas Financeiras		- 1.656.516,54	- 539.312,56
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS)OPERACIONAIS			-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		- 54.166.815,98	- 19.227.068,08

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

 Antônio Faleiros Filho
 Diretor Presidente

 Jayme Rodrigues Simões
 CRC/GO 024654/O-7

INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO

CNPJ: 01.541.283/0001-41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Descrição	Capital Social	Reservas	Resultado Acumulados	Total
SALDOS EM 31.12.2014	129.607.178,29	28.897.862,43	-150.994.299,40	7.510.741,32
Prejuízo Líquido do exercício			-19.227.068,08	-19.227.068,08
(+)Ajustes de exercício anteriores			-1.382.786,56	-1.382.786,56
Constituição de Reserva de Lucro p/Expansão				
Reclassificação de Reserva				
Aumento de capital	75.000.000,00			75.000.000,00
Integralização de capital	51.202.340,98			51.202.340,98
SALDOS EM 31.12.2015	153.404.837,31	28.897.862,43	-171.604.154,04	10.698.545,70
Prejuízo Líquido do exercício			-54.166.815,98	-54.166.815,98
(+)Ajustes de exercício anteriores			10.935.026,17	10.935.026,17
Constituição de Reserva de Lucro p/Expansão				
Reclassificação de Reserva				
Aumento de Capital				
Integralização de capital	23.307.218,08			23.307.218,08
SALDOS EM 31.12.2016	176.712.055,39	28.897.862,43	-214.835.943,85	-9.226.026,03

As notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO

CNPJ(M.F.) Nº.: 01.541.233/0001-41

Demonstração do fluxo de caixa (método indireto) em Dezembro/2016

	2016
Atividades operacionais	-23.080.721,06
Resultado Líquido contábil (RLC)	-54.166.815,98
Acertos / Conciliações	11.657.215,79
Depreciação	722.189,62
Ajustes de Exercícios Anteriores	10.935.026,17
Variações Patrimoniais	19.428.879,13
(Aumento) / Diminuição nos Ativos Patrimoniais	8.774.308,54
Estoques	-643.654,47
Contas a Receber (clientes)	12.294.078,96
Adiantamento a Terceiros	-305.210,17
Adiantamento de Salários	-376,55
Impostos a Compensar	-216.885,09
Despesas Antecipadas	-1.893.872,72
Outros Créditos a longo prazo	-608.793,53
Imobilizado	149.022,11
Aumento / (Diminuição) nos passivos Patrimoniais	10.654.570,59
Fornecedores	-7.768.811,24
Financiamentos	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-1.137.658,85
Obrigações Tributárias	-200.145,46
Adiantamento de Clientes	-6.689.398,43
Parcelamentos a longo prazo	858.269,91
Provisões de riscos	23.533.209,75
Outros débitos a curto prazo	2.059.104,91
Atividades de financiamentos	23.307.218,08
Integralização de capital	23.307.218,08
Empréstimos bancários obtidos	
Adiantamento p/Futuro Aumento Capital	
Dividendos obrigatórios	
Dividendos distribuídos pagos	
(=) Resultado do Fluxo de Caixa	226.497,02
Caixa e equivalentes do caixa no início do período	11.466.828,43

	Caixa e equivalentes do caixa no fim do período	11.693.325,45
	Variação no caixa	226.497,02
		0,00

Antônio Faleiros Filho
Presidente

Jayme Rodrigues Simões
CRC/GO 024654/O-7

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM REAIS)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A. IQUEGO - é uma sociedade de economia mista, com sede na Av. Anhanguera nº 9.827. Bairro Ipiranga na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, Brasil, criada pela Lei Estadual nº 4.207, de 06/11/1962. Jurisdicionada à Secretaria Estadual de Saúde, da qual o Estado detém 99,99% das ações e tem como principais operações a fabricação de medicamentos alopáticos e fitoterápicos para uso humano. Na filial INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A – IQUEGO DISPOSITIVOS PARA SAÚDE, situada à Av. Anhanguera nº 12.527 –Bairro Ipiranga – Goiânia – Goiás, apresenta suas demonstrações consolidadas com a matriz..

2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016 são apresentadas pela Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), principalmente no que se refere à NBC TG 1000, estendendo-se, também, ao regulamento do Imposto de Renda – Dec. 3.000/99 e Lei nº 9.430/96, cuja síntese está demonstrada como segue:

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram consistentemente aplicadas para todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional das Entidades.

b) Transação em moedas estrangeiras

As transações efetuadas em outras moedas (diferentes da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício. Referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado como Variações monetárias e cambiais, líquidas.

c) Reconhecimento de Resultados

O regime adotado, para registro dos direitos, obrigações, custos, receitas e despesas, foi o de COMPETÊNCIA DO EXERCÍCIO, exceto para as informações contidas na Demonstração do Fluxo de Caixa.

d) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulante.

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro do exercício são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses do final do período vigente são classificados como itens não circulantes.

e) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructiveobligation*) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, usualmente com vencimento em até 90 dias(ou sem prazos fixados para resgate) a partir da data da contratação, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

g) Contas a receber de clientes

As contas a receber são mensuradas com base no custo, liquidadas das provisões para os créditos de liquidação duvidosa, que se aproximam do valor justo, dado a sua natureza de curto prazo. As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas quando há clara evidência de que a Entidade não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com termos dessas contas a receber, mediante análise de risco e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso.

h) Imobilizado

O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição (sendo os bens adquiridos no Brasil acrescidos das atualizações monetárias ate 1995) não inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis.

Os bens são depreciados pelo método linear. As taxas de depreciação estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens, que se baseia pela Instrução Normativa SRF nº 162 de 31 de dezembro de 1998.

As depreciações sobre ativos imobilizados geraram despesas no exercício de R\$1.303.431,98 (hum milhão, trezentos e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos), as quais foram calculadas sobre o custo corrigido pelo IPC/90, pelo método linear, dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal em vigor;

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo, são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

i) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados em ate 10 anos considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômico, quando de sua existência..

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A empresa Indústria Química do Estado de Goiás S.A – IQUEGO não aplicou o disposto da NGB TG 01 – que trata da redução do valor recuperável de ativos, aprovada pela Resolução 1.292/10 do CFC.

k) Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Patrimônio Líquido

Representado pelo Capital Social, Reservas e acrescido (reduzido) ao lucro (prejuízo) apurado anualmente.

m) Tributação

A Entidade apura seus impostos IR e CSLL com base no lucro real, mediante levantamento mensal de balancete de suspensão ou redução, após as adições e exclusões fiscais permitidas, de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes. Nenhum imposto foi provisionado no passivo, em face de apuração de prejuízos fiscais em todo período;

3 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Julgamento Crítico Na Aplicação Das Políticas Contábeis Da Entidade

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa-Redução ao valor recuperável.

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

...

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.



A Entidade atualiza as provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar tais obrigações. A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal de suas atividades operacionais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em assuntos ou decisões de tribunais sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas.

04 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

São compostos por valores de alta liquidez, depósitos bancários de livre movimentação, aplicações financeiras de curto prazo conforme apresentados abaixo. As aplicações financeiras classificadas como Caixa e Equivalentes de Caixa são avaliadas pelo valor justo. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e Cheques Administrativo	343.538,35	-
Banco Conta Movimento	1.819.580,58	225.401,65
Aplicações Financeiras	<u>9.530.206,52</u>	<u>11.241.426,78</u>
	<u>11.693.325,45</u>	<u>11.466.828,43</u>

05 – CLIENTES A RECEBER

Clientes a Receber refere-se à venda de produtos pendentes de recebimento. Ainda assim consta como clientes a receber valores que permanecem por longo período sem movimentação, visto que a maior parte desses valores estão controlados na contabilidade em conta redutora do ativo, no valor de R\$2.903.596,87(Dois milhões, novecentos e três mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos) conforme processos do setor responsável.

06 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Este grupo de contas está composto por impostos pagos a maior, impostos retidos na fonte e por pagamentos de débitos que foram incluídos no Refis da Crise, cujos valores, até a data da publicação das demonstrações contábeis, não foram consolidados. Houve um aumento nos créditos tributários no valor de R\$ 232.249,12 em razão dos impostos de PIS/COFINS pagos quando da importação de produtos pela Filial.

Os créditos apresentados não estão atualizados pela Selic. Os créditos referentes a "Parcelamento Refis da Crise" estão sendo objeto de validação por se tratar de valores originados em períodos anteriores em razão a adesão ao Refis da Crise. Segue abaixo o detalhamento dos créditos existentes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CSLL Retido na Fonte	-	141,20
IRRF	264.049,57	291.337,15
INSS Retido Pago a Maior a Compensar	21.200,16	21.200,16
ISS a recuperar	5.233,83	251,50
PIS s/ faturamento	42.531,16	-
CSRF Código 5952	876,50	-
COFINS s/ faturamento	188.982,66	-
Parcelamento Refis da Crise	261.198,11	254.256,89
Operações com a Filial-PIS/COFINS/OUTROS	294.699,84	-
Parcelamento 10120.401111/2011	9.920,77	9.920,77
TOTAL	<u>1.088.692,60</u>	<u>577.107,67</u>

07 – ADIANTAMENTOS

A empresa possui créditos de adiantamentos de férias e a fornecedores ao final do exercício de 2016 conforme demonstrado abaixo.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamento de Férias/Antecipações	18.944,99	14.818,44
Adiantamento a Fornecedores	9.713,79	2.881,50
TOTAL	<u>28.658,78</u>	<u>17.699,94</u>

08 – ESTOQUES

Os estoques de mercadorias de revenda, matéria prima e embalagens estão demonstrados pelo custo médio de aquisição. Os produtos industrializados foram avaliados pelo arbitramento do custo em 70% (setenta por cento) do maior preço de venda no período de apuração conforme permitido pela legislação tributária vigente (art.296 e parágrafos do Dec.3000/99 – RIR). Quando aplicável é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Produtos Acabados	4.871.794,53	3.501.456,03
Matéria Prima	1.739.867,42	2.236.327,70
Embalagens	868.475,41	1.196.861,49
Material de consumo	237.291,70	139.129,37
Provisão de Perdas	- 645.912,19	- 645.912,19
TOTAL	<u>7.071.516,87</u>	<u>6.427.862,40</u>

09 –OUTROS CRÉDITOS

Este grupo está composto por valores antecipados em razão da execução de convênios, seguros de veículos e bloqueio judiciais.

Em 31 de dezembro de 2016 este grupo tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prêmios de Seguros	18.617,60	2.937,60
Assinatura de Jornais e Revistas	815,08	625,08
Bloqueios judiciais	2.500.001,61	621.998,89
Contrapartida Convênio. MS 3694/04	602.833,67	602.833,67
Contra partida Convênio 3778/2004	273.530,53	273.530,53
Outros Créditos		71,96
TOTAL	<u>3.395.798,49</u>	<u>1.501.997,73</u>

10 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Neste grupo de contas totaliza-se um montante de R\$ 4.258.954,60 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos) conforme valores demonstrados abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valores Mobiliários	4.618,91	4.618,91
Depósito Recursal	1.201.807,89	805.397,48
Bloqueios Judiciais	61.286,82	
Depósitos Judiciais	2.991.240,98	2.840.144,68
TOTAL	<u>4.258.954,60</u>	<u>3.650.161,07</u>

a) Depósito Recursal

Os depósitos recursais são do próprio exercício e de períodos anteriores. Houve um acréscimo de R\$ 396.410,41 (trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e um centavos) no exercício de 2016..

11 – IMOBILIZADO

Composição dos Saldos

Discriminação	Taxa de Deprec	CONSOLIDADO			
		Custos 2016	Dep. Acumulada	Líquido 2016	Líquido 2015
Terrenos Urbanos	0%	12.002.725,80	-	12.002.725,80	12.002.725,80
Prédios e Edificações	4%	6.515.689,97	(2.065.534,28)	4.450.155,69	4.710.783,29
Sede Administrativa I	4%	928.657,50	(268.178,84)	660.478,66	697.624,96
Sede Administrativa II	4%	265.176,57	(62.803,74)	202.372,83	212.979,89
Refeitório	4%	275.206,83	(72.718,18)	202.488,65	213.496,92
Muros e Alambrados	4%	320.071,48	(51.211,44)	268.860,04	281.662,90
Outras Construções	4%	243.582,40	(40.003,13)	203.579,27	213.322,57
Almoxarifados	4%	1.598.750,00	(511.600,00)	1.087.150,00	1.151.100,00
Laboratório	4%	889.821,57	(284.742,90)	605.078,67	640.671,53
Edif. Em Andamento	0%	12.550.576,34	-	12.550.576,34	12.494.718,67
Máquinas e Equip	10%	18.337.612,35	(15.359.475,57)	2.978.136,78	13.313.753,60
Móveis e Utensílios	10%	511.296,63	(430.213,62)	81.083,01	101.445,84
Instalações	4%	2.697.809,30	(1.460.343,56)	1.237.465,74	1.279.238,03
Biblioteca	10%	32.880,08	(13.817,44)	19.062,64	10.291,94
Veículos	20%	788.886,11	(484.493,31)	304.392,80	441.352,80
Computadores/Perif.	20%	641.310,31	(575.802,96)	65.507,35	95.568,68
Software e Sistema	20%	337.165,95	(242.357,48)	94.808,47	118.626,07
Linha Telefônica	0%	4.569,91	-	4.569,91	4.569,91
TOTAIS		58.941.789,10	(21.923.296,45)	37.018.492,65	47.983.933,40

Discriminação	CONSOLIDADO				2016 Custo
	2015 Custo	Adições	Movimentação Baixas	Doados	
Terrenos Urbanos	12.002.725,80	-	-	-	12.002.725,80
Prédios e Edificações	6.515.689,97	-	-	-	6.515.689,97
Sede Administrativa I	928.657,50	-	-	-	928.657,50
Sede Administrativa II	265.176,57	-	-	-	265.176,57
Refeitório	275.206,83	-	-	-	275.206,83
Muros e Alambrados	320.071,48	-	-	-	320.071,48
Outras Construções	243.582,40	-	-	-	243.582,40
Almoxarifados	1.598.750,00	-	-	-	1.598.750,00
Laboratório	889.821,57	-	-	-	889.821,57
Edif. Em Andamento	12.494.718,67	55.857,67	-	-	12.550.576,34
Máquinas e Equip	18.553.207,12	365.647,59	-	(581.242,36)	18.337.612,35
Móveis e Utensílios	510.096,63	1.200,00	-	-	511.296,63
Instalações	2.697.809,30	-	-	-	2.697.809,30
Biblioteca	23.365,09	9.514,99	-	-	32.880,08
Veículos	788.886,11	-	-	-	788.886,11
Computadores/Perif.	641.310,31	-	-	-	641.310,31
Software e Sistema	337.165,95	-	-	-	337.165,95
Linha Telefônica	4.569,91	-	-	-	4.569,91
TOTAIS	59.090.811,21	432.220,25	0,00	-581.242,36	58.941.789,10

No decorrer do exercício a entidade realizou aquisições com propósito de dar continuidade no processo de renovação de suas máquinas e equipamentos no valor de R\$ 432.220,25 (quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e vinte reais e vinte e cinco centavos).

12 – PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante está representado pelos valores abaixo demonstrados, os quais vencerão dentro dos próximos 365 dias.

	2016	2015
Fornecedores	8.666.210,34	16.435.021,58
Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.524.817,41	7.561.028,14
Obrigações Fiscais e Tributárias	1.854.188,45	2.054.333,91
Adto de Clientes e Convênios	11.463.230,63	18.152.629,06
Outras Ctas a Pagar	1.802.732,58	845.075,79
TOTAL	31.311.179,41	45.048.088,48

13 – FORNECEDORES

Este grupo está segregado por grupo de fornecedores de: Matéria-Prima, Embalagens, Mercadorias, Material de Consumo, Serviços, Reagentes, Ativos Permanentes assim representados como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Matéria – Prima	1.293.531,69	11.185.606,79
Embalagens	238.917,31	156.402,11
Mercadorias	2.195.567,75	1.171.103,25
Material de Consumo	548.646,35	796.621,23
Serviços	4.230.649,89	3.048.935,14
Reagentes	99.091,36	76.353,06
Ativo Permanente	59.805,99	-
TOTAL	<u>8.666.210,34</u>	<u>16.435.021,58</u>

No decorrer do exercício de 2016 a entidade procedeu apuração de débitos junto a fornecedores que estavam em aberto com data de vencimento superior a 5 (cinco) anos e para os quais não havia nenhum processo de cobrança em andamento, conforme consulta junto ao cartório de protesto de títulos e processos judiciais. Baseada na prescrição dos valores devidos a fornecedores, a IQUEGO procedeu a baixa de R\$ 4.244.441,77 (quatro milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e sete centavos) de fornecedores a pagar cuja contrapartida foi realizada em conta de resultado do período anteriores.

14 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e Encargos Sociais	2.858.736,05	3.893.727,29
Consignações a Pagar	110.271,78	202.088,85
Parcelamento de Obrig. Soc. E Trabalhistas	11.008,17	21.858,71
Provisão de Férias a Pagar	3.023.767,79	2.544.976,56
Provisão de Encargos s/ Fér a Pagar	1.521.033,62	898.376,73
TOTAL	<u>7.524.817,41</u>	<u>7.561.028,14</u>

Provisão de Férias e Encargos sobre Férias, referem-se a valores devidos e calculados até a data de apresentação das demonstrações contábeis (31/12/2016) cujos valores são líquidos e certos e que se espera que sejam pagos nos próximos 12 (doze) meses. Estes valores levam em consideração não apenas as férias vencidas, mas também as férias proporcionais devidas de todos os colaboradores, independentemente se os mesmos já cumpriram com o período aquisitivo ou não, período este (de 1 ano) que deve ser cumprido para que o colaborador passe a ter direito a sair de férias.

15 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Todos os parcelamentos tributários que constam junto à Receita Federal e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional estão devidamente registrados na contabilidade. Houve um acréscimo de R\$ 658.124,45 (seiscentos e cinquenta e oito mil, cento e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos) ficando com o saldo de R\$ 12.434.332,57 (doze milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e sete centavos) em 2016.

As obrigações fiscais e tributárias estão representadas por valores de PIS e COFINS devido sobre o faturamento, de Impostos Retidos na Fonte de serviços tomados e de parcelamentos refis e refis da crise, estes dois últimos referente apenas a parte que se espera ser paga nos próximos 12 meses, pois o restante do parcelamento está registrado no passivo não circulante.

OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos sobre Fat. A Recolher	0	24.963,40
Impostos Retidos a Recolher	41.108,80	83.909,66
Parcelamento Refis	137.269,65	236.960,83
Parcelamento Refis da Copa	1.675.810,00	1.708.500,02
TOTAL	<u>1.854.188,45</u>	<u>2.054.333,91</u>

16 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES E CONVÊNIOS

A IQUEGO firma diferentes convênios para fins de fornecimento de produtos e investimento, onde inicialmente o cliente antecipa um percentual do valor até que esta produza o medicamento ou realize o investimento. Atualmente a entidade tem trabalhado nesta modalidade apenas com o Ministério da Saúde.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ministério da Saúde	9.393.140,85	17.927.180,44
Fundações e Institutos	29.237,00	189.980,90
Prefeituras		35.178,26
Outros	2.040.852,78	289,46
TOTAL	<u>11.463.230,63</u>	<u>18.152.629,06</u>

A assinatura de Convênios com o Ministério da Saúde vai além do simples fornecimento de medicamentos, pois este pode abranger a renovação de sua estrutura de produção, situação esta que pode ser observada por meio do Convênio 798257/13 dos quais restam R\$ 624.600,22 (seiscentos e vinte e quatro reais, seiscentos reais e vinte e dois centavos).

Em 2016, por meio dos Convênios 797412 e 787297, ambos firmados em 2013, foram recebidos do Ministério da Saúde como Antecipação para investimento o valor de R\$ 7.570.550,00 (sete milhões quinhentos e setenta mil quinhentos e cinquenta reais), cujos valores se encontram em aberto até 31/12/2016.

17 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos não identificados	261.435,29	260.273,57
SANEAGO - Parcelamento	51.621,08	51.621,08
IBAMA - Parcelamento	-	10.831,04
SESI - Parcelamento	38.494,75	27.839,51
AGECOM - Parcelamento	122.257,20	122.257,20
Processo Trabalhista a Pagar	53.222,12	371.011,84
Outras Contas Diversas a Pagar	1.275.702,14	1.241,55
TOTAL	<u>1.802.732,58</u>	<u>845.075,79</u>

18 – CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO

As contas abaixo apresentadas representam contas que foram parceladas junto aos fornecedores.

	<u>Passivo Circulante</u>		<u>Passivo Não Circulante</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IBAMA - Parcelamento		10.831,04		-
SESI - Parcelamento	38.494,75	27.839,51	267.265,81	267.265,81
AGECOM - Parcelamento	122.257,20	122.257,20	133.371,51	133.371,51
TOTAL	<u>160.751,95</u>	<u>160.927,75</u>	<u>400.637,32</u>	<u>400.637,32</u>

19 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Todos os tributos registrados no passivo não circulante se encontram devidamente parcelados junto a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e estão integralmente registrados na contabilidade. O saldo resultante dos parcelamentos amparados pela lei 11.941/2009 e 12.996/2014 estão atualizados até 11/2016.

	<u>Passivo Circulante</u>		<u>Passivo Não Circulante</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FGTS - Parcelado	11.008,17	21.858,71	340.171,62	389.348,34
REFIS - 160 e 58 Parc	137.269,65	236.960,83	1.055.699,73	1.360.109,03
A RECOLHER	30.100,63		928.996,45	933.543,09
REFIS DA COPA	1.675.810,00	1.708.500,02	8.255.276,32	7.038.873,75
TOTAL	<u>1.854.188,45</u>	<u>1.967.319,56</u>	<u>10.580.144,12</u>	<u>9.721.874,21</u>

20 – PROVISÕES DE RISCOS

Estas provisões são realizadas conforme parecer do departamento jurídico, tendo em vista os entendimentos e sentenças aplicadas, pela justiça, o que explica a variação. Estas contingências são reconhecidas de sentenças desfavoráveis e com chances mínimas de reversão.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão de Riscos Social/Fiscal/Tributários	1.933.760,77	1.933.760,77
Provisão de Riscos Trabalhista	5.553.654,73	344.117,61
Provisão de Riscos Cíveis	16.333.166,13	4.398.191,70
Provisão de Riscos Tributários	6.388.698,20	
Recuperação Extemporanea de Contribuição	623.612,32	623.612,32
TOTAIS	<u>30.832.892,15</u>	<u>7.299.682,40</u>

Risco Estimado Possível:

Trabalhista	R\$ 1.991.004,32
Cível	R\$ 10.000,00

21 – RECEITA DIFERIDA DE SUBVENÇÃO

A receita diferida de subvenção é originada da aplicação de recursos (subvenção) recebido por meio de convênio na aquisição de Ativo Imobilizado. De acordo com a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, a Receita de Subvenção de Investimento deve ser reconhecida como receita respeitando o regime de competência, ou seja, no momento em que a despesa a ela vinculada seja realizada e em bases sistemática, e neste caso a despesa de depreciação é a melhor medida de realização da despesa, fazendo com que a despesa seja reconhecida na mesma competência em que a despesa a ela vinculada, também, é reconhecida.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de Subvenção de Investimento Diferida	<u>1.685.200,00</u>	<u>1.685.200,00</u>

22 – CAPITAL SOCIAL

Durante o exercício de 2016 houve aumento de integralização na ordem de R\$ 23.307.218,08 (vinte e três milhões, trezentos e sete mil, duzentos e dezoito reais e oito centavos), de tal forma que em 31/12/2016 o Capital Social integralizado passa a ser de R\$ 176.712.055,39 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e doze mil, cinquenta e cinco reais e nove centavos) sendo o Estado de Goiás o sócio majoritário detendo 99,997% das ações ordinárias nominativas.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Capital Social	220.000.000,00	220.000.000,00
Capital a Subscrever	(43.287.944,61)	(66.595.162,69)
Capital Social	<u>176.712.055,39</u>	<u>153.404.837,31</u>

23 – RECEITAS LÍQUIDA

O principal cliente da IQUEGO é o Ministério da Saúde, responsável por 91,36% das receitas bruta no ano de 2015 e 64,18% em 2016.

24 – CUSTO DOS PRODUTOS

A entidade adota como custo dos produtos vendidos o valor equivalente a 70% do maior preço de venda no período, conforme permitido pelas normas tributárias federais para fins de apuração do IRPJ e CSLL.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e Encargos	16.373.018,75	19.400.710,24
Matéria Prima	3.683.702,28	10.226.640,69
Outros	4.523.465,23	4.448.368,11
TOTAL	<u>24.580.186,26</u>	<u>34.075.719,04</u>

25 – DESPESAS OPERACIONAIS**a) Pessoal e Encargos**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
REMUNERAÇÃO	9.335.805,43	9.488.789,51
ENCARGOS	1.852.212,65	1.975.861,71
PROVISÕES FÉRIAS E 13º S/ FOLHA	7.020.897,54	592.438,01
	<u>18.208.915,62</u>	<u>12.057.089,23</u>

b) Despesas Administrativas Gerais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ÁGUA, ENERGIA E TELEFONE	930.891,10	887.821,02
SERV. DE VIGILANCIA E SEGURANCA	594.941,66	547.087,24
SERV. DE MANUT. E LIMPEZA	887.600,92	1.018.944,83
SERV. TERCEIROS	646.147,90	1.208.825,79
MATERIAL EM GERAL	90.816,38	296.690,19
REGISTROS, LICENÇAS, ASSINAT E PUBLICACOES	136.071,13	232.921,01
DESP C/ VIAGENS E VEÍCULO	410.591,26	1.003.064,72
REFEIÇÕES E LANCHES	134.601,76	341.124,47
OUTRAS	200.164,17	210.604,08
DEPRECIÇÃO	678.988,93	698.865,51
TOTAL	<u>4.710.815,21</u>	<u>6.445.948,86</u>

26 – OUTRAS RECEITAS

Em 2016 foram baixados vários passivos, no total de R\$ 760.183,70 (setecentos e sessenta mil, cento e oitenta e três reais e setenta centavos). em razão de atenderem aos quesitos de prescrição e não haver nenhum tipo de processo de cobrança em andamento.

27 – AJUSTE

No decorrer do exercício de 2016 foram realizados ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 10.935.026,17, em várias contas, que em sua maioria tiveram por base estudo realizado por cada setor, através de processos, com o objetivo de apurar e regularizar as informações que não apresentavam a real situação financeira e operacional da Entidade.

Principais alterações de ajustes: Baixa de Passivos prescritos.	Valor
Fornecedores diversos. Proc. 123/2015 em 30.06.2016	3.767.623,14
Convênios com o MINIST.DA SAÚDE, Proc. 2021/2016, em 30.11.2016	4.689.569,72
Fornecedores diversos. Proc. 2049/2016, em 30.11.2016	536.304,00
Total	8.993.496,86

28 – EVENTOS

Em 29.12.2016, de acordo com a Lei nº 19.568 de 27.12.2016, foi publicado no Diário Oficial autorização para alienação de 49% (quarenta e nove por cento) das ações ou proceder a liquidação. Diante disso a Administração não mediu esforços para preparar a Empresa para uma eventual venda das ações.

29 – EVENTOS SUBSEQUENTES:

De acordo com a Ata da 236ª Reunião do Conselho de Administração da Indústria Química do Estado de Goiás S/A – IQUEGO, a Diretora Presidente do exercício de 2016 Andréa Aurora Guedes Vecci foi destituída do cargo a partir de 28.02.2017, sendo nomeado como Diretor Presidente o Dr. Antônio Faleiros Filho, assumindo a partir de 01.03.2017, que ora assina as demonstrações financeiras. A presente Ata e o Termo de Posse foram registrados em 22.02.2017, sob nº 52171830210 na Junta Comercial do Estado de Goiás.

30– DETERMINAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Presidente autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, em 02 de março de 2017,.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Goiânia, 31 de dezembro de 2016.

Antônio Faleiros Filho
Diretor Presidente

Jayme Rodrigues Simões
CRC/GO 024654/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2016

Aos

Acionistas, Diretores e demais Administradores da
IQUEGO – INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A
Av. Anhanguera, 9827 – Bairro Ipiranga, Goiânia – Goiás CEP: 74450-010
Telefone: (62) 3235-2900 - Site: www.iquego.com.br

CNPJ (MF): 01.541.283/0001-41

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **IQUEGO – INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IQUEGO – INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1 Saldo de Abertura “Lucros ou Prejuízos Acumulados”

O prejuízo líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 apresentado na demonstração de resultado, de modo comparativo, está subestimado em **R\$ 5.573 mil** devido a um ajuste no saldo de “Créditos de Terceiros”, o qual resultou em um reconhecimento de Receita em 2015. O tratamento correto seria lançar como “Ajustes de Exercícios Anteriores” na conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, impactando de forma relevante as contas patrimoniais e o resultado do exercício de 2015. Em razão do descumprimento da Resolução CFC 1.179/09 que aprovou a NBC TG 23(R1) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, não foram reapresentados os valores comparativos dos exercícios anteriores em que ocorreu o erro, a fim de recalcular os saldos e os impactos desses ajustes, de tal modo que ficamos impossibilitados de opinar sobre a exatidão de aludidos saldos de abertura e dos reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TA's, poderiam causar no Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.2. Ajustes de Exercícios Anteriores

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 27, os valores correspondentes às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram ajustados em relação àquelas apresentadas anteriormente, porém não foram reapresentados, conforme preconizado na Resolução CFC 1.179/09 que aprovou a NBC TG 23(R1) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. De tal modo que ficamos impossibilitados de opinar sobre os reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TA's, poderiam causar no Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.3. Créditos Tributários

Consoante mencionado em nota explicativa nº 06, a Companhia mantém no ativo circulante “Créditos Tributários”, originados em sua maioria de exercícios anteriores, composto por impostos pagos a maior, impostos retidos na fonte e por pagamentos de débitos que foram incluídos no Refis da Crise, cujos valores, até a data da publicação das demonstrações contábeis, não foram consolidados, em um montante de **R\$ 1.088 mil**, e que não estão sofrendo correções monetárias aplicadas pela Taxa Selic, e tal modo que ficamos impossibilitados de opinar sobre os reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena desses procedimentos poderiam causar no Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.4. Acompanhamento do Inventário Físico dos Estoques

Nossa contratação ocorreu após a realização do Inventário, portanto no encerramento do exercício sob nosso exame, ficamos impossibilitados de acompanhar os procedimentos de inventário físico dos estoques. Os procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação do saldo de **R\$7.701 mil**, registrado na conta “Estoques” também tornou-se impossível devido a insuficiência e impropriedade dos controles internos. O critério utilizado para valoração dos saldos dessa rubrica, diverge dos critérios estabelecidos na NBC TG 16 – Estoques. O Estoque de Embalagem é atribuído o custo do valor de entrada mais recente, ou seja, o custo do estoque leva em conta as unidades recentemente adicionadas no controle de entradas, de modo como se fossem os primeiros itens vendidos, atribuição essa vedada por Lei. O Estoque de Produtos Acabados é atribuído o percentual de 70% dos preços praticados atualmente no mercado. De tal modo que ficamos impossibilitados de opinar sobre a exatidão de aludidos saldos e dos reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TA's, poderiam causar no Ativo Circulante, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.5. Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em nota explicativa nº 2.2 “j”, a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.6. Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **IQUEGO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **IQUEGO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **IQUEGO**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **IQUEGO** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5) Ênfase:

5.1) Continuidade do Negócio

As demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Companhia. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, dissiparam o "capital próprio" reduzindo recorrentemente a cada ano os lucros acumulados até consumir totalmente Patrimônio Líquido, passando a apresentar um "passivo a descoberto" (patrimônio líquido negativo), de tal modo que os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, notadamente, aqueles representativos das diversas provisões, podem não ser, como de fato não o são, suficientes para a cobertura das "exigibilidades totais" em caso de uma eventual descontinuidade de suas atividades.

6) Outros Assuntos

6.1) Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

6.1.1 Relatório da Administração

A administração da **IQUEGO** é responsável por essas informações e optou por não editar e publicar o Relatório da Administração, preconizado no Inciso I do Artigo 133º da Lei 6.404 de 15/12/1976.

6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 31 de março de 2016, com opinião modificada contendo as seguintes ressalvas: i) **Limitação do Escopo:** Conforme ressalva nº 1, houve uma limitação do escopo de auditoria por causa de uma série de correções, na forma de ajustes retrospectivos de períodos anteriores, cujo montante totaliza R\$ 1,38 milhões; ii) **Cientes a Receber:** a **IQUEGO** apresentou R\$ 13,27 milhões em 31/12/2015, dos quais R\$ 3,73 permanecem inalterados, desde exercícios anteriores, na rubrica **Outros Créditos um valor de R\$ 876 mil em despesas diferidas,**

permanecendo inalteradas há vários exercícios e em **Clientes a Receber** houve um incremento entre 2014 e 2015 no valor de R\$ 2,2 milhões, porém, há dúvida da existência/recebimento do restante dos créditos apresentados; iii) **Créditos Tributários**: apresentou um saldo de R\$ 577 mil, originados de exercícios anteriores, e não estão sendo atualizados; **Estoques**: O critério de valorização utilizado diverge dos critérios estabelecidos na NBC TG 16 (R1); iv) **Teste de Impairment**: A entidade não aplicou o teste preconizado no CPC 01, para identificar se os ativos imobilizados estão mensurados acima do seu valor recuperável; v) **Depreciação**: Da mesma forma, a companhia não efetuou estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade; vi) **Fornecedores**: A IQUEGO possuía um montante de R\$16,43 milhões em 31/12/2015, dos quais, cerca de R\$ 3 milhões são saldos vencidos há vários exercícios; vii) **Adiantamentos**: Em 31/12/2015 a conta possuía um total de R\$18,1 milhões, sendo que praticamente 50% refere-se ao convenio firmado com Ministério da Saúde, de acordo com as circularizações dos auditores anteriores, este saldo já foi devidamente quitado, devendo a contabilidade proceder com a baixa; viii) **Créditos de Terceiros**: Referem-se a débitos junto ao Ministério da Saúde, originados em exercícios anteriores, a baixa desses Créditos, resultou em um reconhecimento de receita, distorcendo o Prejuízo Líquido do Exercício de 2015, tais baixas devem ser tratadas como ajustes de exercícios anteriores; ix) **Provisão**: Foi provisionado valor menor que o informado pelo departamento jurídico, ocasionando assim essa ressalva.

Goiânia/GO, 15 de Março de 2017

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 CRC/PE 000150/O “S”GO

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
 Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”GO
 Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
 Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”GO

Thomaz de Aquino Pereira
 Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S”GO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Dando cumprimento ao que dispõe o art. 163, inciso VII, da Lei nº 6.404/76, e art. 33 do Estatuto Social, os senhores membros do Conselho Fiscal da **Indústria Química do Estado de Goiás S/A – Iquego** reuniram-se na sede da Empresa, no dia 03 de abril de 2017, e examinaram detidamente os documentos relativos às Contas e Demonstrações Contábeis do **exercício de 2016**. Após o exame, notaram que conforme o Relatório da Audimec Auditores Independentes S/S, os valores expressos nas Demonstrações Contábeis refletem o real estado financeiro e econômico da sociedade, recomendando a sua aprovação, observando atentamente aos apontamentos da Auditoria Independente, sugerindo aos Senhores Membros do Conselho de Administração e aos Senhores Acionistas atentar para a necessidade de correção das deficiências citadas no referido relatório, notadamente em seu item 2 – Base para Opinião com Ressalvas, conforme anotações a seguir expostas: (i) quanto ao subitem 2.1 – Saldo de Abertura “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, após análise, verificamos na contabilidade que trata-se de débito anterior a 1988, no valor de R\$ 5.573.332,88 (cinco milhões, quinhentos e setenta e três mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos), lançado na conta de receitas do exercício em 2015. Os reflexos tributários são mínimos porque a empresa colocou o valor à disposição para tributação, não causando nenhum prejuízo tendo em vista o resultado negativo daquele período; (ii) no que se refere ao subitem 2.2 – Ajustes de Exercícios Anteriores, impende aduzir que no item 27 das Notas Explicativas encontra-se a discriminação de parte dos valores ajustados, que em sua maioria tiveram por base estudo realizado por cada setor, detalhadamente, o que poderia ser melhor avaliado pelo o auditor; (iii) relativamente ao subitem 2.3 – Créditos Tributários, assevera-se que esse valor deverá ser atualizado conforme dispõe o art. 161 do Código Tributário Nacional e o art. 894 do Regulamento do Imposto de Renda – Decreto nº 3.000/1999; (iv) no que tange ao subitem 2.4 – Acompanhamento do Inventário Físico dos Estoques, consigna-se, quanto à afirmação do Auditor de que a contratação ocorreu após a realização do inventário, que tal fato não nos convenceu, tendo em vista que o contrato foi assinado em 15.09.2016 e emitida a Ordem de Serviço em 06.12.2016, por email, o que deveria ser questionado junto ao Prestador do Serviço; (v) quanto ao subitem 2.5 – Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos, trata-se de procedimento não cumprido pela administração do exercício, o que deverá ser providenciado pela atual administração para cumprimento de exigências contábeis e legais, e, (vi) no que se refere ao subitem 2.6 – Estudo para Reavaliação de Vida Útil, trata-se igualmente de procedimento a ser providenciado pela atual administração para cumprimento de exigências contábeis e legais. Recomenda-se, por fim, que o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa sejam encaminhados ao menos trimestralmente aos Membros do Conselho Fiscal, para análise, na forma do art. 163, inciso VI, da Lei nº 6.404/76.

É o Parecer.

Goiânia, 05 de abril de 2017.

Conselheiros Fiscais

Glória Edwiges Miranda Coelho

Sérgio Augusto Inácio de Oliveira

Renê de Rossini Rossi

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo signatários membros efetivos do Conselho de Administração da Indústria Química do Estado de Goiás S/A – Iquego, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após reunirem e examinarem detidamente os documentos relativos às Demonstrações Contábeis do exercício de 2016, e em conformidade com o Relatório da Auditoria Independente e sugestão no Parecer do Conselho Fiscal, recomendam à Assembleia Geral Ordinária atentar para a necessidade de correção das deficiências citadas.

Goiânia, 05 de abril de 2017.

Conselheiros de Administração.

Antônio Eurípedes de Lima
 Presidente do Conselho

Olier Alves Vieira
 Vice Presidente do Conselho

Antônio Faleiros Filho
 Conselheiro

Rosemary Freitas Valle
 Conselheira

Protocolo 11238